



Os tabletes de Āl-Yāḥūdu: nomes Yahwísticos, ascensão socioeconômica e casamento etnicamente marcado

The tablets of Āl-Yāḥūdu: Yahwistic Names, Socioeconomic Ascent and Ethnically Marked Marriage

Douglas Pedrosa*

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) | São Paulo, Brasil
douglaspedrosasf@gmail.com

Resumo: Os textos de Āl-Yāḥūdu são fontes escritas por escribas babilônicos em cuneiforme acadiano, que documentavam as atividades dos judaítas, sobretudo, suas transações comerciais na zona rural. Os tabletes cobrem 95 anos da vida material dos judaítas assentados em aldeias, datando de 572-477 AEC. Dessa maneira, tornou-se possível estudar quatro gerações de indivíduos que residiam às margens dos rios da Babilônia. No *corpus* de Āl-Yāḥūdu, podemos pesquisar informações a respeito da preservação dos nomes Yahwísticos, a ascensão socioeconômica na terceira geração dos deportados e o casamento nesta aldeia, realizado entre duas etnias.

Palavras-chave: Judaítas. Cultura Material. Exílio de Judá.

Abstract: The texts of Āl-Yāḥūdu are sources written by Babylonian scribes in Akkadian cuneiform, which documented the activities of the Judaites, especially their business transactions in the countryside. The tablets cover 95 years of the material life of the Judaites settled in villages, dating from 572-477 B.C.E. In this way, it became possible to study four generations of individuals who resided on the banks of the rivers of Babylon. In the corpus of Āl-Yāḥūdu, we can research information regarding the preservation of Yahwistic names, the socioeconomic rise in the third generation of the deportees, and the marriage in this village that took place between two ethnicities.

Keywords: Judahites. Material Culture. Exile of Judah.

Introdução

Em fevereiro de 2015, no *Bible Lands Museum*, foi apresentada ao público a exposição *By the Rivers of Babylon*.¹ Nela, as informações sobre a vida material dos judaítas nos séculos VI e V AEC, sob os governos babilônico e persa, receberam novos contornos.

* Doutorando em Ciências da Religião na Universidade Metodista de São Paulo.

¹ A exposição foi realizada no Bible Lands Museum Jerusalem. Para outras informações sobre a exposição, consulte-se: *By the Rivers of Babylon* está disponível em: <http://www.noasara.com/BLMJ/babylon/>.



O curador da exposição, o Dr. Filip Vukosavovic, afirmou que os tabletas colocam um rosto nas pessoas reais que passaram por este evento fatídico.

O *corpus* de Āl-Yāhūdu e arredores é composto por aproximadamente 250 tabletas ao todo, dos quais 103 foram publicados,² após uma intensa pesquisa realizada pelas assiriólogas Laurie Pearce e Cornelia Wunsch. Nesta obra, encontram-se a tradução, transliteração e comentários analíticos de 103 tabletas de Āl-Yāhūdu, da coleção de David Sofer.³ Os documentos foram divididos por Wunsch em três arquivos privados, os quais pertencem a Ahīqam de Āl-Yāhūdu (52,4%, 54 tabletas), Ahīqar de Bīt-Našar (45,6%, 47 tabletas), e ao oficial real Zababa-šarru-usur de Bīt-Abī-rām (2%, 2 tabletas).

Na introdução do CUSAS 28, Pearce afirma que os 11 primeiros documentos em relação à vida material dos judaítas no interior da Babilônia pertencem à coleção de Shlomo Moussaieff, que foram analisados pelos teóricos Francis Joannès, André Lemaire, Kathleen Abraham e Wilfred Lambert. Além destes, outros 108 tabletas de Martin Schøyen foram recentemente publicados por Cornelia Wunsch (com o apoio de Laurie Pearce). Por último, cerca de 40 tabletas foram confiscados pela Autoridade de Antiguidades do Iraque, estão sob o domínio do país e serão editados por AF Al-Bayati, da Universidade de Bagdá.⁴

1 Nomes Yahwísticos nos tabletas de Āl-Yāhūdu

Os estudos onomásticos se mostram relevantes no rastreamento da aldeia de Āl-Yāhūdu e arredores, visto que a maioria dos cerca de 200 indivíduos identificados como judaítas (incluindo 75 nomes javistas de 138 indivíduos na documentação de Yāhūdu e seus arredores) tinham nomes javistas.⁵

Ainda em sua introdução, o CUSAS 28⁶ nos informa que os nomes Yahwísticos já são reconhecidos em textos do período neoassírio, mas a aparição nos períodos babilônico e aquimênidas aumenta significativamente. Portanto, observando o *corpus* de Āl-Yāhūdu, percebe-se que estamos diante de um documento relevante quanto ao estudo dos nomes das minorias, sobretudo os judaítas com antropônimos Yahwísticos. Junto com os papiros e óstracos de Elefantina, a documentação cuneiforme da Babilônia é a fonte mais importante para o estudo da onomástica judaica durante o período persa.⁷

Segue o gráfico de nomes especificamente encontrados nos tabletas de Āl-Yāhūdu:

2 PEARCE; WUNSCH, 2014.

³ Alguns tabletas foram publicados em hebraico, um ano após a primeira publicação.

⁴ HACKL, 2017, p. 126.

⁵ ZADOK, 2014, p. 112.

⁶ PEARCE; WUNSCH, 2014, p. 14.

⁷ BEAULIEU, 2011, p. 246.

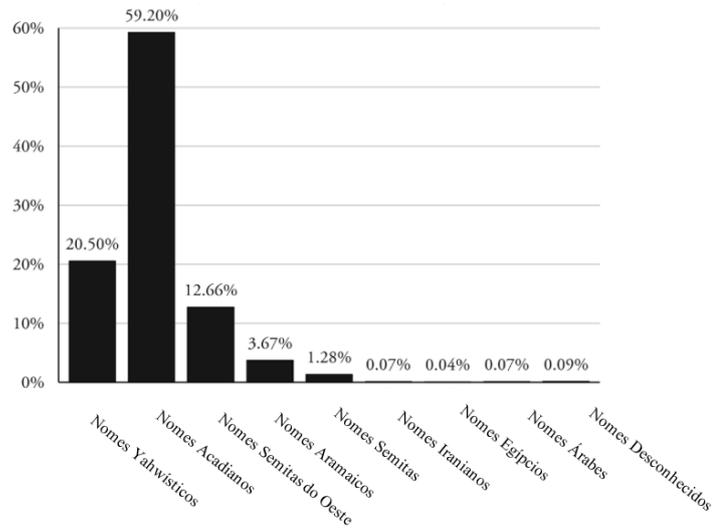


Figura 1. Evidência Onomástica no CUSAS 28.⁸

O gráfico põe o *corpus* de Āl-Yāhūdu e arredores numa categoria distinta de outros arquivos privados da Babilônia. Inclusive, o *corpus* Murašû (455-404 AEC), também relevante na reconstrução histórica dos judaítas na Babilônia, não apresenta tantos nomes Yahwísticos como esse arquivo. De maneira oposta, os nomes Yahwísticos mal aparecem nos textos Murašû (1,4%, ou 36 de 2.500 nomes). Por outro lado, a proporção de nomes Yahwísticos em todo o *corpus* de Āl-Yāhūdu é extraordinariamente alta (20,5%, ou 176 de 857 indivíduos) e diverge dos padrões conhecidos de representação onomástica de comunidades estrangeiras nos vários registros textuais da Babilônia, onde eles são, na melhor das hipóteses, representados marginalmente.⁹

Golub e Zilberg, realizaram uma análise onomástica de 265 nomes das primeiras gerações de judaítas na deportação.¹⁰ Segundo eles, nas escavações arqueológicas de Israel e Judá encontram-se artefatos com nomes pessoais da época da Idade do Ferro II. Os resultados que revelam as tendências onomásticas deste período em Judá continuam a prevalecer entre as primeiras gerações de deportados judaítas na Babilônia. Nesses estudos onomásticos, incluem-se nas tendências uma alta porcentagem de nomes teofóricos, principalmente nomes Yahwísticos.

Finalmente, de acordo com Pearce, na onomástica semita os indivíduos de nomes pessoais construídos como sentenças nominais ou verbais possuem, frequentemente,

⁸ DELORME, 2019, p. 81.

⁹ DELORME, 2019, p. 82.

¹⁰ GOLUB; ZILBERG, 2018, p. 312–324.



mais elementos teofóricos. Porém, elementos que indicam os nomes das divindades babilônicas também são encontrados em nomes judaítas.¹¹

Deste modo, embora os indivíduos chamados Marduk-X, Nabû-X ou Šamaš-X sejam, provavelmente, originários da Babilônia, Borsippa ou Sippar, não há garantia de que as pessoas que os carregam são babilônias, borsippeanos ou sippareanos, respectivamente. Da mesma maneira, os muitos nomes de Judá que incluem o elemento Yahwístico podem não evidenciar que os seus portadores são judaítas. Neste caso, como saber se o indivíduo que carrega em seu nome o elemento teofórico é judaíta? Para tal finalidade, é preciso procurar o elemento teofórico no panteão de outros grupos populacionais a fim de chegar à conclusão. Uma vez que ele não aparece, a informação serve como um marcador quase infalível da origem judaica de seu portador. Embora a presença de um elemento javista seja um marcador confiável para identificar judeus na documentação cuneiforme, não garante a recuperação de todos eles.

2 O mundo socioeconômico dos judaítas

Os documentos de Āl-Yāḥūdu são fruto do sistema econômico de terra por serviço. Uma vez que as condições financeiras do império estavam ligadas diretamente aos seus aspectos ambientais, Jursa¹² apresenta as quatro zonas ecológicas da Babilônia: 1) a planície aluvial central, atravessada por rios e canais de irrigação; 2) os deltas pantanosos dos rios e áreas, geralmente mais profundas, com pouca ou nenhuma drenagem; 3) as florestas de juncos; 4) a estepe, que faz fronteira com a aluvião. Diante desse cenário, fica evidente que as principais atividades econômicas estão relacionadas com a agricultura, caça, pesca, criação de ovinos e as atividades artesanais.¹³ O recurso decorrente destas atividades, fomentava os principais meios de faturamento do Estado, por intermédio da tributação e o tributo.¹⁴

Os deportados assentados em aldeias trabalhavam com as terras da coroa, visto que o império tinha a finalidade de recuperar locais que não eram mais habitados pelas pessoas. Wunsch afirma que Nippur é uma região bem conhecida dos textos do terceiro e segundo milênios, mas sofreu consideravelmente durante os séculos VIII e VII, quando os reis neoassírios travaram inúmeras batalhas com Elam.¹⁵ Portanto, a fim de recuperar Nippur e seus arredores, o governo babilônico investiu estrategicamente no sistema econômico de terra por serviço.

¹¹ PEARCE; WUNSCH, 2014, p. 18.

¹² JURSA, 2010, p. 26.

¹³ JURSA, 2010.

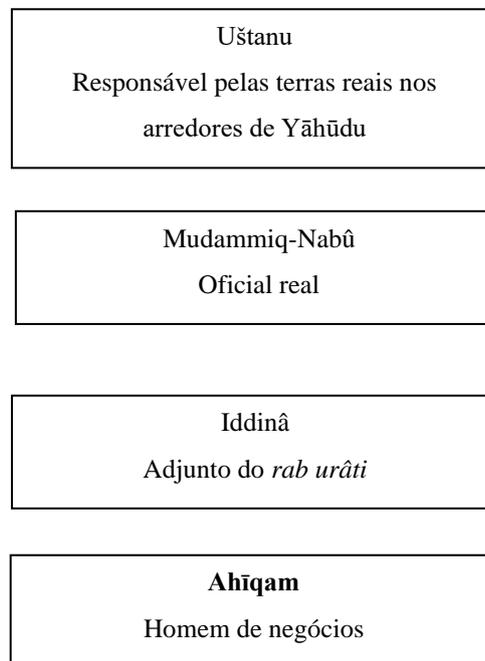
¹⁴ Para outros detalhes, consultar: JURSA, 2014.

¹⁵ WUNSCH, 2013, p. 253.



Acerca dessa política econômica, destaca-se um texto datado no governo de Nabucodonosor II, no qual o judaíta recebe a terra da coroa e no registro do documento aparece um raríssimo termo, *bīt azanni*, em vez da costumeira expressão *bīt qašti*. Pearce afirma que este texto não apenas contribui para o conhecimento da história inicial das terras do arco no reinado de Nabucodonosor, mas torna explícito que, dentro de uma geração da deportação, os judaítas estavam ligados às terras da coroa, o que evidencia que os indivíduos tinham o status jurídico dependente.¹⁶

O sistema designava as terras do Estado em unidade de feudos, administrada como “terra de arco.” Os feudatários, muitas vezes grupos de parentes, detinham tais propriedades sob a condição de pelo menos servirem como militares e realizarem o pagamento de um imposto anual. O acerto de contas deveria ser principalmente em prata, denominado *ilku*, como evidenciado no CUSAS 28 12. Os feudos inteiros, ou parte deles, podiam ser arrendados ou penhorados, mas não podiam ser vendidos.¹⁷ Portanto, graças à política econômica adotada e elaborada pelo império neobabilônico, o *corpus* de Āl-Yāhūdu e arredores atesta que os assentados de Judá e de outras minorias étnicas se integraram ao império com o fim de revitalizar áreas rurais antes devastadas. Alstola propõe que a hierarquia administrativa nos arredores de Yāhūdu foi estabelecida da seguinte forma:



¹⁶ PEARCE, 2011, p. 271.

¹⁷ STOLPER, 1895, p. 25.

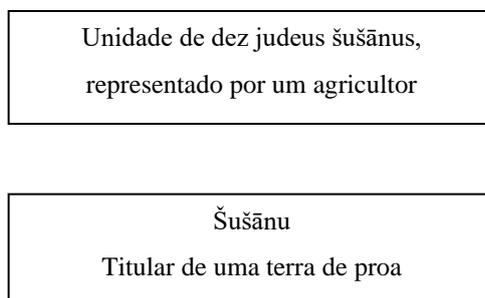


Figura 2. Hierarquia administrativa nos arredores de Āl-Yāhūdu.¹⁸

Em linhas gerais, este foi o cenário socioeconômico dos judaítas, que encontramos nas fontes cuneiformes. Por intermédio delas, sabemos que os deportados receberam recursos básicos da administração da Babilônia: terra, água e sementes.¹⁹ A terra de proa sob sua responsabilidade era a base para sua sobrevivência cotidiana, pagamento dos impostos e o cumprimento de suas obrigações para com a coroa. Além disso, estes recursos também poderiam auxiliar em qualquer tipo de atividade empresarial, investimentos e possível ascensão social. Em razão disso, fazia sentido aprender muito rapidamente como lidar neste novo território, como cultivar e comercializar com eficiência na Babilônia.²⁰

2.1 CUSAS 28 45: Divisão de herança entre irmãos

O tablete CUSAS 28 45 é uma duplicação do HBM 8, que foi publicado pela primeira vez por K. Abraham.²¹ O documento pertence à coleção de Moussaeiff e trata da divisão de herança de Ahīqam entre os seus cinco filhos. A repartição envolve os seguintes bens: dois escravos, sendo uma mulher e um homem, e dezoito cubas que eram usadas com as cevadas. A escrava Nanâ-bihi e dez cubas são atribuídas aos dois filhos Nir-Yama e yahû-azza, enquanto os três irmãos restantes recebem o escravo, Abdi-Yahû, e oito cubas.²²

O tablete apresenta um local de composição diferente do que estamos acostumados a encontrar e sugere-nos uma ascensão social na terceira geração dos deportados. Todas as transações relacionadas a Ahīqam aconteceram na zona rural da Babilônia. Contudo, conforme se observa no tablete (II, 25), o documento foi assinado na Babilônia e suas testemunhas possuem nomes babilônicos e semitas ocidentais ou Yahwísticos. Pearce e Wunsch supõem que os irmãos foram para a Babilônia com uma

¹⁸ ALSTOLA, 2020, p. 144.

¹⁹ BERLEJUNG, 2016, p. 23.

²⁰ BERLEJUNG, 2017, p. 102.

²¹ ABRAHAM, 2007.

²² PEARCE; WUNSCH, 2014, p. 172.



comitiva de outros judeus a fim de resolver seu caso, ou que alguns dos judeus mencionados neste registro eram, na verdade, pessoas locais da Babilônia.²³

Os bens que constam listados em CUSAS 28 45 podem não representar toda a riqueza de Ahīqam. Seria de se esperar que ele possuísse uma casa e alguns animais (ovelhas e gados). Esta transação, muito provavelmente, foi um subproduto de alguma outra negociação legal, como a divisão de uma parceria comercial.

2.2 Ascensão social da família de Samak-Yama?

O tablete CUSAS 28 45 nos ajuda a entender o alcance que teve a família de Samak-Yama. Conforme o CUSAS 28, as principais negociações comerciais do “grupo 1” estão ligadas diretamente a esta família, em especial ao indivíduo Ahīqam. Ele é neto do patriarca Samak-Yāma, que pode ter residido na vila de Āl-Yāhūdu. Portanto, considerando que todos os tabletes expostos neste capítulo estão ligados à esta aldeia e que a maioria das transações de Ahīqam também ocorreram em Āl-Yāhūdu, torna-se relevante ampliar o estudo, apresentando sua árvore genealógica.²⁴

²³ PEARCE; WUNSCH, 2014, p. 173.

²⁴ As datas representam o período da atividade do indivíduo atestada.

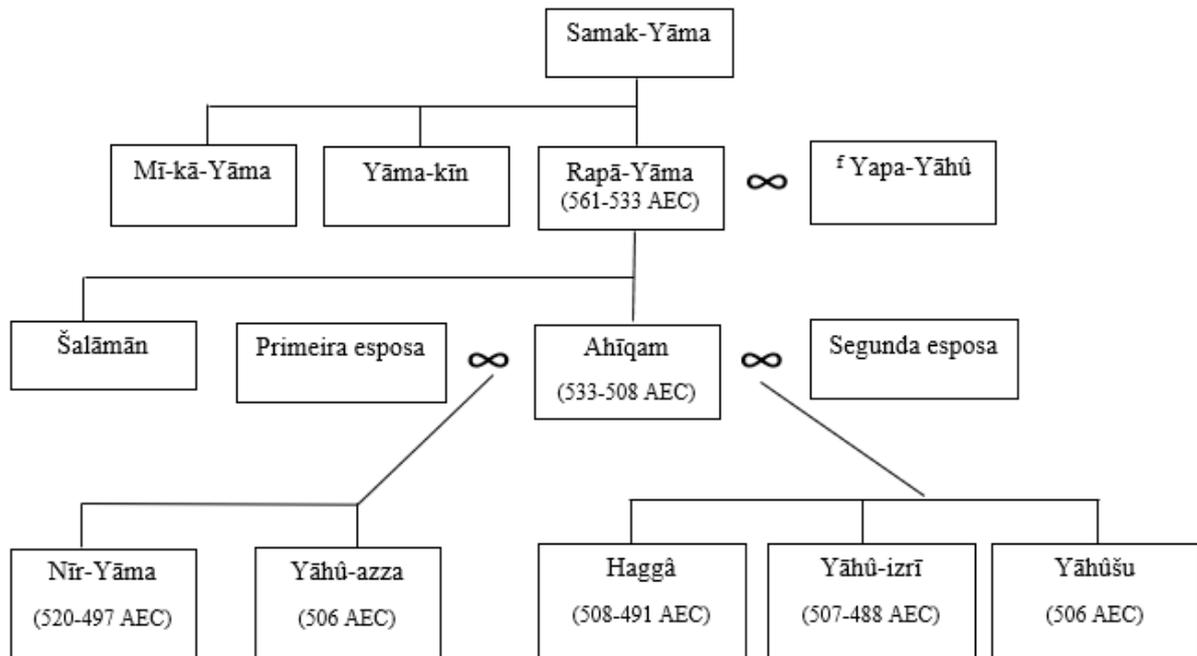


Figura 3. Árvore genealógica.²⁵

Samak-Yāma pode ter nascido em Judá ou nas primeiras décadas da deportação babilônica, mas esta questão ainda se encontra aberta. Rapa-Yāma, o seu filho, aparece nas fontes datadas dos governos de Amel-Marduk e Nabonidos. De acordo com os documentos CUSAS 28 6, 7, 8 e 9 ele emprestou fundos, relativamente em pequenas quantias, e realizou a entrega de tâmaras e cevadas, como fruto da agricultura das terras reais.

Após a sua morte, em torno de 532 AEC, sob o governo de Ciro, seu filho Ahīqam assumiu o seu lugar nos negócios da família e neste mesmo ano pagou uma dívida que o seu pai deixou pendente. Conforme analisado nos documentos, Ahīqam não só dá continuidade aos negócios de seu pai, como também, amplia as suas atividades, arrecadando mais recursos com o passar dos anos e tornando-se mais bem-sucedido nas transações comerciais.

Ahīqam faz parte das gerações que nasceram na Babilônia, formada pelo empreendedorismo de seus pais e, por isso, teve um ponto de partida melhor para suas ambições do que eles. Ele representa os que avançaram e ampliaram os negócios

²⁵ ASTOLA, 2020, p. 140.



da família em uma escala maior. Após a adaptação com a agricultura e a ousadia na plantação de palmeiras alcançou bens e prestígio social.²⁶

3 Casamento: uma outra forma de ascensão socioeconômica

As mulheres participam livremente do comércio na sociedade dos períodos babilônico e persa. Porém, além desta participação socioeconômica, os contratos de casamento também são relevantes documentos envolvendo-as no antigo Oriente Próximo. De acordo com Waerzeggers, o casamento foi um fator-chave na estratificação de classes da Babilônia, desde o final da Assíria até as primeiras décadas do período persa. Importantes implicações no antigo Oriente Próximo, durante o período neobabilônico, lançarão luz, de certa forma, na compreensão da relação familiar nesta sociedade para entender o contexto que os judaítas estiveram inseridos nos séculos VI e V AEC.²⁷

Os contratos de casamento tinham cláusulas comuns, mas a flexibilidade era sempre possível nos pactos realizados.²⁸ Basicamente, os escribas responsáveis pelos documentos implementavam obrigações, as quais eram acordadas e modificadas para atender as partes envolvidas. Normalmente um acordo de casamento continha uma declaração de intenção de uma ou ambas as partes e um resumo das condições negociadas. Essas negociações podiam se referir a vários aspectos do casamento, principalmente relacionados ao dote, que era dado pela família da noiva ao noivo, pois neste tempo o contrário não era o comum. Quanto às demais cláusulas, estas abordavam uma possível dissolução futuramente do contrato ou direitos dos filhos, os quais ainda viriam a nascer. Além disto, destacamos que os contratos parecem ser aceitos, escritos e verbalizados, em concordância com a lei ¶ 9 neobabilônica.²⁹

Ainda sobre este período, é significativo perceber que alguns contratos de casamento continham uma cláusula de adultério, conforme observa Roth:

Dez acordos de casamento preservam a cláusula do adultério (os contratos com fórmulas de datas completas caem entre 635 e 523 a.C.). De um total de quarenta e três acordos de casamento neobabilônicos e tardios existentes, vinte e quatro podem ser datados do final dos séculos VII e VI; assim, quase metade dos acordos matrimoniais desse período incluem a cláusula de

²⁶ BERLEJUNG, 2017, p. 110.

²⁷ WAERZEGGERS, 2020, p. 2.

²⁸ Waerzeggers afirma que são conhecidos cerca de 60 contratos de casamento, 44 publicados por Roth em sua monografia sobre o tema (1989). Vários outros foram, posteriormente, adicionados por Wunsch, Jursa, Abraham, Bloch e Waerzeggers, mas provavelmente ainda não foram identificados (WAERZEGGERS, 2020, p. 3).

²⁹ Roth discute especificamente sobre as leis neobabilônicas (ROTH, 1995, p. 143-149).



adultério. A distribuição geográfica é possivelmente significativa: os dez acordos foram redigidos em Dilbat, Sippar, Opis, Alu-ia-Lane, Nerab e Larsa. A cláusula do adultério está visivelmente ausente dos acordos elaborados na Babilônia (oito dos vinte e quatro) e em Borsippa (cinco dos vinte e quatro).³⁰

Roth acrescenta, ainda, que o contexto destes contratos é de dois tipos de cláusulas, as negociáveis e as não negociáveis.³¹ Logo, a obrigação de sustentar um cônjuge e filhos, por exemplo, são condições constantes e subconjuntos da definição de “casamento” em qualquer tempo ou lugar. De acordo com a pesquisadora, esses últimos direitos e obrigações são assumidos culturalmente e permanecerão inarticulados, exceto na violação. Em contrapartida, outros temas poderiam passar por modificações em seus contratos, logo após a oferta e a aceitação do casamento. Aqui, as negociações registram os resultados das condições tratadas, como as questões do divórcio, incluindo detalhes do dote ou de outras prestações a serem transferidas. Portanto, é entre as condições negociáveis do contrato de casamento que encontramos a cláusula de adultério. Ela deve ser entendida como uma condição negociada e mutuamente acordada.

Por último, indicamos as abordagens, no que diz respeito à mulher, sob a perspectiva de quem eram no período neobabilônico e o seu *status* no casamento. Nesse sentido, elencamos os diferentes pontos de vista³² a partir de ângulos distintos, os quais são: legal, demográfico, cultura material e história econômica. Todos esses pontos estão à sombra de uma abordagem sócio-histórica.

Caroline Waerzeggers, que também analisa os contratos de casamento, e o faz por outra ótica, declara que a identidade social dos parceiros conjugais não foi sujeitada a um inquérito sistemático. Isso é possível a partir de duas perguntas, que estão interligadas e são essenciais para compreender o que ela chama de identidade social: a) quem casa com quem? b) como se casavam?³³

Waerzeggers, indica uma mudança na linha do tempo dos casamentos nos períodos babilônico e persa. Na época da conquista persa (539 AEC), os babilônios praticavam dois tipos de casamento, que dependiam do status social dos tratantes envolvidos.³⁴

³⁰ ROTH, 1988, p. 187-188.

³¹ ROTH, 1988, p. 190.

³² Abordagem legal: Roth (1988, 1989), Abraham (1992), Waerzeggers (2001), Wunsch (2003a) e Abraham (2015). A condição das mulheres: Beaulieu (1993). Demografia e formação familiar: Roth (1987), Baker (2015). Constituição e extensão do dote: Roth (1990, 1991). Herança: Ries (1984); Sandowicz (2014); van Driel (1998); Waerzeggers (2002); Wunsch (2003a, 2003b, 2020).

³³ WAERZEGGERS, 2020.

³⁴ WAERZEGGERS, 2014, p. 1, 18.



Famílias não pertencentes à elite negociavam termos de casamento diferentes das famílias de elite em três áreas: riqueza nupcial, criação de famílias e regulamentos sobre adultério e divórcio. No entanto, essas práticas divergentes de casamento tornaram-se menos pronunciadas e, eventualmente, obsoletas no decorrer do período persa. As elites casavam-se à parte, entre eles mesmos, enquanto casais não pertencentes à elite se comportavam diferentemente. Isso fez com que fronteiras fossem criadas e dividiu a sociedade babilônica em dois extremos, onde somente uma minoria de “casamentos mistos” rompiam com esse costume. Nesse sistema, os recém-chegados eram situados numa seção denominada de “não elite” da sociedade babilônica, com exceção da classe imperial. Os membros das diásporas da Judeia, Neirabiana, Assíria e de outras diásporas gozavam de alguma flexibilidade para aderir a termos de casamento específicos, mas esses termos eram alinhados com as normas que se aplicavam à camada inferior da sociedade, mesmo quando noivas ricas de origens imigrantes casaram-se com o nome da família, residente de elite nas cidades babilônicas.

Finalmente, ressaltamos que a estratificação social nos períodos babilônico e persa estava ligada diretamente aos contratos de casamento, por onde também se buscava ascensão econômica dos indivíduos nos séculos VI e V AEC. Esses documentos possuíam cláusulas que sofriam adaptações pelos escribas a pedido dos contratantes envolvidos. Ademais, alguns poucos documentos receberam cláusulas diferentes em relação ao dote e quanto ao cometimento do adultério.

3.1 Tablete AfO 51: Casamento na aldeia Āl-Yāhūdu

Abraham³⁵, faz uma alicerçada discussão sobre as visões similares e diferentes nos contratos de casamento comparados ao documento AfO 51. De acordo com a pesquisadora, além do aspecto da cláusula de adultério que o contrato apresenta, o casamento de Nabû-ban-ahi e Nannaya-kanat, assinala outras questões importantes: 1) a noiva e a maioria das testemunhas apresentam nomes não babilônios; 2) o contrato se encontra na fórmula conhecida neobabilônica para casamentos, mas outras cláusulas são excepcionais e, pelo que tudo indica, são negociações que buscam atender as partes étnicas distintas; 3) possui uma cláusula bastante rara, detalhando como o noivo apresenta uma roupa para a mãe da noiva; e, por último, 4) o contrato não inclui um dote, como (pelo menos) onze outros contratos de casamento neobabilônicos/aquemênidas completamente preservados.

Dentre os pontos apresentados,³⁶ após retomar os comentários sobre este matrimônio e apresentar outros contratos que fazem parte da categoria de casamento etnicamente

³⁵ ABRAHAM, 2005-2006; 2015.

³⁶ ABRAHAM, 2015, p. 39.



marcado, chegou a algumas conclusões relevantes para o nosso estudo. Em outras palavras, o contrato de casamento na aldeia de Āl-Yāḥūdu não é anormal,³⁷ pois documentos semelhantes são atestados na Babilônia e em Susã. Ele cumpre a tradição legal babilônica e apesar disto propõe duas adaptações. Primeiro, o suporte econômico destinado à família em forma de dote é atestado como um dote indireto,³⁸ isto é, o presente foi entregue pela família do noivo à família da noiva como um sustentáculo para a filha. Embora o dote indireto fosse conhecido, não era normativo no período neobabilônico.

Em segundo lugar, o nosso documento apresenta uma cláusula contrária aos contratos babilônicos, acerca do divórcio. O tablete se diferencia³⁹ quando a separação não é expressa pelo desejo do marido de tomar outra esposa em casamento. Eis o diferencial. O divórcio é acertado pelo esposo em termos dele “soltar” (muššuru) a esposa e simplesmente declarar que “Ela não é mais a esposa”, conforme constatado nas II 11-16^a. Além disso, o contrato estipula que o marido deve amarrar o acordo de divórcio na bainha de sua esposa (em vez de simplesmente dar a ela) quando ela sair de casa.

Em terceiro lugar, o tablete AfO 51 possui à cláusula do adultério. Na linha 18, é evidente que a noiva poderia morrer “pelo punhal de ferro”. Parece ser uma frase direta e consequência imutável do adultério de uma esposa. Para tal fim, a mulher além de ser acusada de adúltera, também deveria ser pega no ato extraconjugal, visto que, dessa forma, estaria comprovado que violou os direitos de o esposo tê-la com exclusividade na prática sexual. O resultado desse feito é afirmado na cláusula na qual ela seria morta pelo punhal de ferro.

Finalmente, percebe-se que as adaptações foram realizadas pelo escriba babilônico que buscou atender as solicitações dos seus clientes formados por judaítas. Sua principal finalidade parece ser amenizar os conflitos sociais estabelecidos comumente em um contrato de casamento etnicamente marcado. Abraham evidenciou que ambos os lados negociaram os termos do casamento de acordo com seu status socioeconômico e histórico-cultural, e os resultados dessas negociações estão refletidos nas adaptações que foram feitas ao formato padrão.⁴⁰

³⁷ Os três tipos de casamento etnicamente marcado e o local onde eles ocorrem (ABRAHAM, 2015, p. 39-50).

³⁸ O dote é considerado direto quando a família da noiva o entrega ao noivo.

³⁹ Essas divergências nas cláusulas ocorrem, porém separadamente. O caso de Al-Yāḥūdu é peculiar, uma vez que as diferenças aparecem juntas.

⁴⁰ ABRAHAM, 2015, p. 57.



Considerações finais

Os estudos dos tabletes de Āl-Yāhūdu são recentes e, dos aproximadamente 250 documentos, somente 103 foram publicados. Em razão disso, as conclusões que apresentamos neste artigo visam propor novos e possíveis caminhos quanto à vida material dos judaítas nos séculos VI e V AEC.

A primeira conclusão diz respeito aos nomes Yahwísticos. Os antropônimos em determinados contextos podem evidenciar aspectos significativos de identidade de quem os carrega. Neste sentido, em razão da quantidade de nomes Yahwísticos, parece-nos que estes indivíduos são judaítas e mantiveram, de algum modo, sua religião já vista.

A segunda relaciona-se ao aspecto socioeconômico dos judaítas no exílio da Babilônia. Eles foram assentados nas regiões de Nippur, a fim de revitalizar áreas devastadas por guerras anteriores. Os judaítas tinham o mesmo *status* das outras etnias e eram vistos pelos babilônios com marco social de semilivres. Após as primeiras décadas de deportação, registram suas transações comerciais e, somente na terceira geração, é que os tabletes indicam uma ascensão socioeconômica dos judaítas.

Por último, o casamento na aldeia realça o entrelaçamento cultural entre judaítas e outras etnias. O tablete AfO 51, datado de 534 AEC, indica que o retorno à Judá, permitido por Ciro, o Grande, não foi uma opção para todos. O casamento etnicamente marcado afixou famílias nas regiões de Nippur e nos sugere que, gerações futuras das famílias assentadas, jamais voltaram para a terra de seus pais.

Referências

ABRAHAM, K. West Semitic and Judean Brides in Cuneiform Sources from the Sixth Century BCE. *New Evidence from a Marriage Contract from Āl-Yāhūdu Archiv für Orientforschung*, 51, p. 98–219, 2005-2006.

ABRAHAM, Kathleen. An Inheritance Division among Judeans in Babylonia from the Early Persian Period, p. 206–221 in M. Lubetski (ed.). *New Seals and Inscriptions, Hebrew, Idumean and Cuneiform*. Hebrew Bible Monographs 8. (Sheffield), 2007.

ALSTOLA, Tero. Judeans Merchants in Babylonia and their Participation in Long Distance Trade. *Welt des Orients*, n. 47, 2017. p. 25-51.

BEAULIEU, P. Yahwistic Names in Light of Late Babylonian Onomastics. In: LIPSCHITS, Oded; KNOPPERS, N; OEMING, Manfred (ed.). *Judah and the Judeans in the Achaemenid Period Negotiating Identity in an International Context*. Winona Lake: EISENBRAUNS, p. 267-277, 2011.



BERLEJUNG, Angelika. "Social Climbing in the Babylonian Exile", in A. Berlejung – A. M. Maeir – A. Schüle (ed.). *Wandering Arameans. Arameans Outside Syria: Textual and Archaeological Perspectives* (Leipziger altorientalistische Studien, 5; Wiesbaden: Harrassowitz, 2017) 101-124.

BERLEJUNG, Angelika. *New Life, New Skills, and New Friends in Exile: The Loss and Rise of Capitals of The Judeans in Babylonia*, 2016.

DELORME, J. *The Āl-Yāhrūdu Texts (ca. 572-477 BCE): A New Window into the Life of the Judean Exilic Community of Babylonia*. Indiana: Purdue University Press, 2019.

GOLUB, M.; ZILBERG, P. From Jerusalem to Āl-Yāḥūdu: Judean Onomastic Trends from the Beginning of the Babylonian Diaspora. *Journal of Ancient Judaism*, 9. Jg., 312–324, ISSN: 1869-3296.

HACKL, Johannes. Babylonian Scribal Practices in Rural Contexts: A Linguistic Survey of the Documents of Judean Exiles and West Semites in Babylonia (CUSAS 28 e BaAr 6)", in A. Berlejung – A. M. Maeir – A. Schüle (ed.). *Wandering Arameans. Arameans Outside Syria: Textual and Archaeological Perspectives* (Leipziger altorientalistische Studien, 5; Wiesbaden: Harrassowitz, 2017) 125-140.

HOROWITZ, W., GREENBERG, Y. and ZILBERG, P. *By the Rivers of Babylon: Cuneiform Documents from the Beginning of the Babylonian Diaspora*, Jerusalem: The Bible Lands Museum Jerusalem and Israel Exploration Society.

JOANNÈS, F. e LEMAIRE, A. Contrats babyloniens d'époque achéménide du Bît-Abî râm avec une épigraphe araméenne, *Revue d'assyriologie et d'archéologie orientale*, 90: 41–60; Trois tablettes cunéiformes à onomastique ouest-sémitique (collection Sh. Moussaïeff), *Transeuphratène* 17: 17–34, 1996.

JURSA, M. *Aspects of the Economic History of Babylonia in the First Millennium BC*. Münster : Ugarit-Verlag, 2010.

JURSA, M. In M. Gehler; R. Rollinger (ed.). *Imperien und Reiche in der Weltgeschichte: Epochenübergreifende und globalhistorische Vergleiche*, Wiesbaden, p. 121-148, 2014.

LAMBERT, W. G. A Document from a Community of Exiles in Babylonia. p.201-205 in M. Lubetski (ed.). *New Seals and Inscriptions, Hebrew, Idumean and Cuneiform*, Sheffield, 2007.

PEARCE, Laurie E.; WUNSCH, Cornelia. *Documents of Judean Exiles and West Semites in Babylonia in the Collection of David Sofer*. Cornell University Studies in Assyriology and Sumerology 28. Bethesda: CDL: Press, 2014.



PEARCE, Laurie. "Judean": A Special Status in Neo-Babylonian and Achaemenid Babylonia? In: LIPSCHITS, Oded; KNOPPERS, N; OEMING, Manfred (ed.). *Judah and the Judeans in the Achaemenid Period Negotiating Identity in an International Context*. Winona Lake: EISENBRAUNS, p. 267-277, 2011.

ROTH, M. T. *Law Collections from Mesopotamia and Asia Minor*, SBLWAW 6. Atlanta: SBL, 1995.

ROTH, M.T. She Will Die by the Iron Dagger: Adultery and Neo-Babylonian Marriage. *JESHO* 31 (1988): 186-206.

STOLPER, Matthew W. *Entrepreneurs and Empire: The Murašû Archive, the Murašû Firm, and Persian Rule in Babylonia*. M. W. Stolper. PIHANS 54. Leiden, 1985.

WAERZEGGERS, Caroline. Changing Marriage Practices in Babylonia from the Late Assyrian to the Persian Period. *Journal of Ancient Near Eastern History*. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/janeh-2020-0006>, 15 set. 2020, p. 1-31.

WAERZEGGERS, Caroline. Locating Contact in the Babylonian Exile: Some Reflections on Tracing Judean-Babylonian Encounters in Cuneiform Texts In GABBAY, Uri. SECUNDA, Shai (ed.). Tübingen: Mohr Siebeck, 2014, p. 131-146.

WUNSCH, Cornelia. Glimpses on the Lives of Deportees in Rural Babylonia. In BERJELUNG, Angelika; STRECK, Michael P. Harrasowitz. Verlag: Wiesbaden, 2013.

ZADOK, Ran. Encounters by the Rivers of Babylon. In: GABBAY, Uri. SECUNDA, Shai (ed.). Tübingen: Mohr Siebeck, 2014, p. 109-129.

Recebido em: 23/07/2022.

Aprovado em: 28/08/2022.